CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1485/86 - Ap. Proc. SE nº 2618/86

Reautuado em 10/11/87

INTERESSADAS: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO LAR DE SÃO BENTO/CAPITAL

ASSUNTO : Convênio objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Formação Integral da Criança - PROFIC - Retificação do Parecer CEE nº 0122/87

RELATORES : Conselheira Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná
Conselheiro Francisco Aparecido Cordão

PARECER CEE Nº 1689/87 CONSELHO PLENO APROVADO EM 18/11/1987

1. HISTÓRICO E APRECIÇÃO

Em 04/02/87, através do Parecer CEE nº 122/87, este Conselho aprovou o Convênio entre a Secretaria da Educação e a Fundação Lar de São Bento, da Capital, objetivando a implantação e o desenvolvimento do PROFIC.

No item 5 do Histórico do referido Parecer foram transcritas as considerações feitas pela Secretaria da Educação assim finalizadas:

"Somos pelo atendimento, desde que denunciado Convênio anterior, firmado a 25/11/85".

Em 29/07/87, foi protocolado neste Conselho o Of. GS nº 3206/87, no qual o Senhor Secretário da Educação solicita seja retificado o Parecer CEE nº 122/87, em virtude da anulação dessa exigência por parte da Secretaria.

Tal solicitação foi feita atendendo a Of. nº 027/87, do Presidente da Fundação Lar de São Bento, que diz:

"... pois julgávamos proibida a coexistência de dois Convênios, na mesma Secretaria.

Verificando, porém, mais tarde, que se trata de Convênios de finalidade e objetivos diferentes, tal proibição mostrou-se inexistente".

O Presidente da Entidade conclui pedindo a anulação da exigência "a fim de que ambos os Convênios, já firmados com essa Secretaria de Estado, possam continuar firmes e válidos".

O referido Convênio anterior, assinado, em 24/10/84, e aditado em 25/11/85 e 03/11/86, objetiva o desenvolvimento e melhoria do ensino gratuito de educação comum (Proc. CEE nº 1307/84).

Analisando o contido nos dois processos (1307/84 e 1485/86) para verificar a possibilidade de coexistência dos dois Convênios, a Assistência Técnica da Comissão de Planejamento do CEE levantou dois problemas:

a) o primeiro, de ordem formal, referindo-se à necessidade de adequação da redação do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio firmado, em 23/10/84, para refletir o atendimento a todas as solicitações feitas, então, pela entidade, o que estava implícito no total de recursos constantes daquele Termo Aditivo, que foi aprovado pelo Parecer CEE nº 0835/87;

b) o segundo, referindo-se à necessidade de maiores esclarecimentos quanto ao número total de docentes envolvidos nos dois Convênios, considerando-se o número de crianças atendidas

Em face dessas colocações da AT-C.Pl., o expediente foi baixado

em diligência, em 13/08/87, retornando, agora, a este Conselho.

Com relação ao item a da diligência, foi procedida a adequação da redação do 3º Termo Aditivo ao Convênio firmado em 23/10/84, o que será objeto de Parecer específico, dentro do Processo CEE n° 1307/84.

Com relação ao item b, foi feita a compatibilização dos dois Convênios, visando adequar o número de docentes às reais necessidades da entidade. Nesse sentido, "foi mantido o número de professores-nível I necessários ao atendimento das crianças através do Convênio - PROFIC, assinado em 26/02/87, e suprimido o número de professores-nível I para atendimento das crianças, através do Convênio de Cooperação Técnica e Recursos Humanos, de 23/10/84".

Isto posto, nada mais impede que este Conselho atenda ao solicitado pelo Of. GS n° 3206/87, para garantir a coexistência dos dois Convênios.

2. CONCLUSÃO

Retifica-se o Parecer CEE n° 0122/87, que aprovou a celebração de Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Lar de São Bento/Capital, objetivando a implantação do PROFIC, para excluir, do item 5 do seu HISTÓRICO, a condição "desde que denunciado o convênio anterior".

São Paulo, 11 de novembro de 1.987.

a) Cons^a Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná

**a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Relatores**

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator. O Conselheiro Antônio Joaquim Severino foi voto vencido.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de novembro de 1987.

**a) Cons^o JORGE NAGLE
Presidente**